

EDITORA
UnB

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)



EXTENSÃO INSURGENTE

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Maternidade, parentalidade, família e temas transversais

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)

EXTENSÃO INSURGENTE

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Sávio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Vanessa Correia dos Santos
Diagramação	Uilca-Terra R. M.M. Martins
Foto de capa	Mizuno K. e Tima Miroshnichenko, via Pexels.com

© 2024 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

M425 Maternidade, parentalidade, família e temas transversais [recurso eletrônico] / (Organizadoras) Hayeska Costa Barroso … [et al.]. — Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
194 p. - (Extensão Insurgente).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-250-7.

1. Maternidade. 2. Parentalidade. 3. Família. I. Barroso, Hayeska Costa (org.). II. Série.

CDU 378.4:392.3

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

Introdução 9

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

Capítulo 1

Maternidade contra o Estado? A Lei da Alienação Parental e a construção de regimes de verdade contra as mulheres 15

Raquel Vieira de Castro Braga

Capítulo 2

Coletivos de Mães nas universidades e seus impactos na implementação de políticas para permanência materna no ensino superior 31

Ana Paula de Jesus Nunes
Lisandra Oliveira e Silva
Renata Figueiredo Silva
Tatiane dos Santos Duarte
Vanessa Suany da Silva

Capítulo 3

Como a pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres discentes: um estudo realizado na Universidade de Brasília 49

Larissa Lorranny Magalhães Lima
Hayeska Costa Barroso

Capítulo 4

Cuidados e novas problematizações: os atravessamentos da pandemia de Covid-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina 63

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araujo
Rosamaria Giatti Carneiro

Capítulo 5

Maternidade e universidade: relato de experiência de uma graduanda **81**

Maria Paula Bastos Dias

Capítulo 6

Maternidade política e feminismo matricêntrico: uma análise de leis e políticas públicas dos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) **89**

Nayara Augusto Felizardo

Capítulo 7

Monoparentalidade chefiada por mulheres negras no Distrito Federal **107**

Danielle de Castro Silva Lobato

Capítulo 8

O Coletivo de mães da UnB: a resistência pelo conhecimento e pela inclusão **123**

Caroline da Costa Freire Ribeiro
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo
Tcherry Félix da Silva
Tatiane dos Santos Duarte

Capítulo 9

Poéticas do espaço doméstico: feminismos maternos arrombando as portas das casas nas artes visuais **139**

Marta Mencarini Guimarães
Clarissa Monteiro Borges

Capítulo 10

Políticas públicas de permanência nas universidades e o desenvolvimento acadêmico de mulheres-mães 155

Ana Paula Dahlke
Tatiane dos Santos Duarte
Luana Karoline Gonsaga
Natacha Barbosa do Nascimento

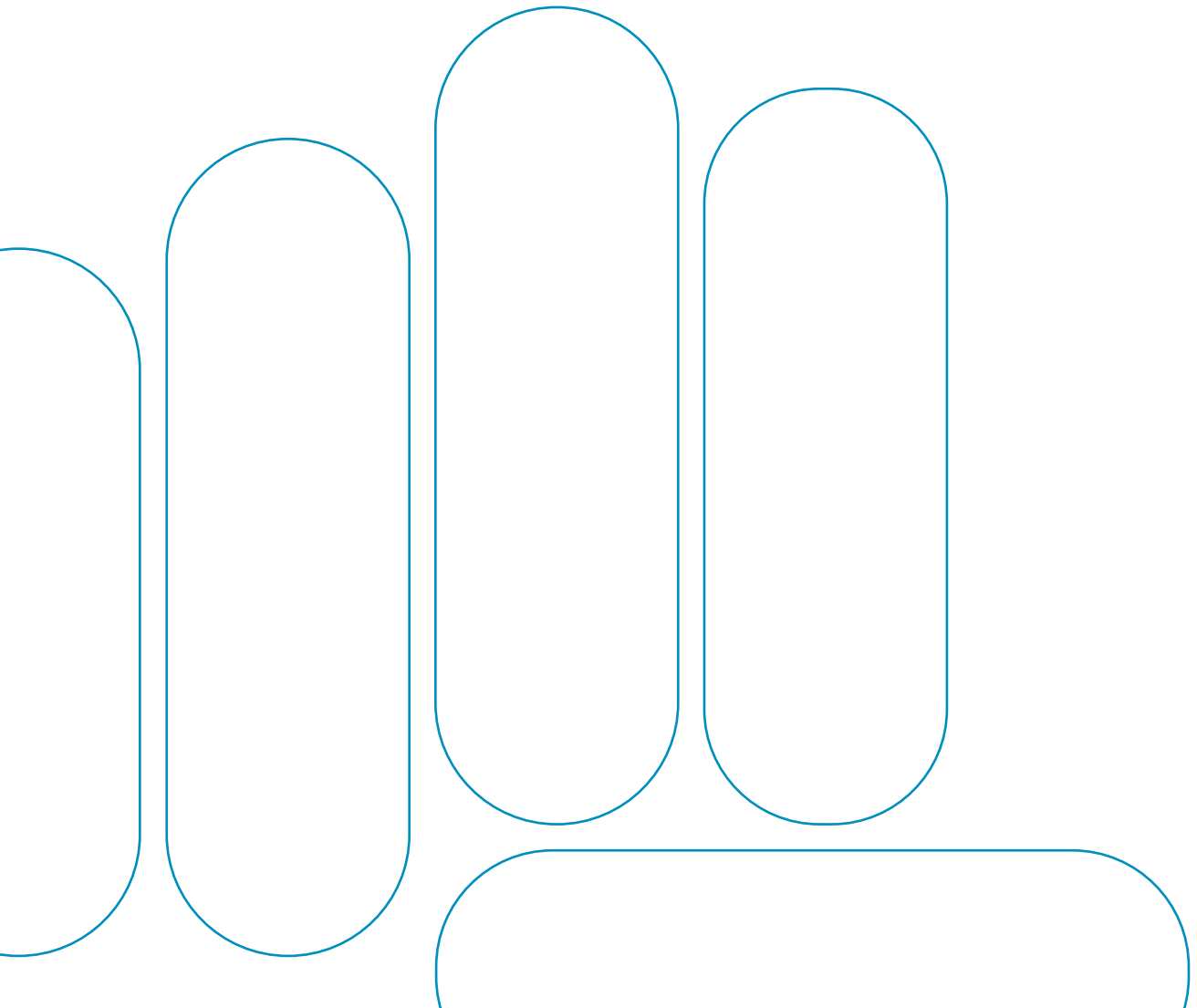
Capítulo 11

Residência Artística como espaço criativo e crítico de maternagens 173

Iara Sales Agra
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

Considerações Finais 189

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo



Capítulo 2

Coletivos de Mães nas universidades e seus impactos na implementação de políticas para permanência materna no ensino superior

Ana Paula de Jesus Nunes
Lisandra Oliveira e Silva
Renata Figueiredo Silva
Tatiane dos Santos Duarte
Vanessa Suany da Silva

1. Considerações introdutórias

De acordo com a pesquisa quadrienal sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos e das Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2018), as mulheres são a maioria das matrículas nas Ifes desde 1996, representando 51%. Em 2018, segundo a mesma pesquisa, elas representavam 54% das matrículas. Dentro do percentual apontado em 2018, aproximadamente 14% das mulheres eram mães.

Contudo, é sabido que os dados relacionados às mães estudantes estão subestimados, uma vez que o levantamento realizado pela Andifes (2018) considera apenas filhos(as) de até 5 anos, 11 meses e 29 dias, o que, sabemos, não condiz com os marcos legais que estabelecem a responsabilidade parental pela educação, cuidado e sustento de seus filhos(as) até o final da menoridade.

Assim, considerando que as mulheres são maioria nas Ifes desde 1996 e que atualmente, de acordo com Silva e Salvador (2021), existem mais de 25 Coletivos de Mães Universitárias organizados no Brasil, nos questionamos: por que, ainda no ano de 2023, não existe uma política nacional para promoção, garantia e apoio ao acesso e à permanência de mães estudantes nas universidades brasileiras, tanto na graduação quanto na pós-graduação?

Motivadas por essa questão, e por integrarmos (atualmente ou no passado) os Coletivos de Mães nas Universidades em que estudamos e/ou trabalhamos – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – bem como uma Associação que uma de nós ajudou a

fundar (Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (Ampet)), apresentamos, neste capítulo, nossos relatos de experiências sobre a importância da política de permanência materna nas universidades, tendo os Coletivos de Mães como suleadores de novas ações, legislações e demandas para as primeiras.

As universidades, a partir de nossas realidades de estudo e de formação, ainda não são, em sua maioria, acolhedoras às mães. Há escassez de estrutura física para que mães e crianças possam estar no ambiente acadêmico; faltam políticas institucionais que garantam os direitos educacionais de gestantes e mães, bem como que facilitem o acesso a eles; além de pouca ou nenhuma empatia docente e institucional para com as diversas realidades maternas de uma estudante ou trabalhadora nesse contexto. Se a experiência materna for associada à maternidade solo, ou vivida por mães atípicas, mães de crianças atípicas ou com deficiência, mães negras, indígenas, de baixa renda, ou, ainda, a outro marcador social da diferença que desafie essa mãe a estudar, as chances de ela ser excluída do processo formativo são significativas.

Este capítulo apresenta esse tom: narrar nossas experiências enquanto estudantes, docentes, pesquisadoras, mulheres e mães, para que continuemos nas universidades e para que possamos ajudar muitas de nós a estarem também. No segundo subcapítulo, apresentaremos uma breve contextualização e o relato sobre os Coletivos Nacionais de Mães dos quais fazemos parte, constituídos por cinco coletivos vinculados a universidades federais brasileiras e por uma associação. A narrativa será construída ora em primeira pessoa, ora em terceira, permitindo-nos transitar entre o "eu" e o "nós", na medida em que nossa experiência individual se constitui no coletivo e, ao mesmo tempo, o coletivo se reflete em cada trajetória pessoal. O subcapítulo três aborda o que aprendemos junto às ações nos e dos Coletivos e os principais desafios enfrentados nessa luta. Finalizamos, assim, com as considerações transitórias, em que citamos nossa participação no Coletivo Nacional de Mães na Universidade, e, a partir dele, nossa participação no Grupo de Trabalho (GT) Política Permanência Materna, que vem se reunindo com o Ministério da Educação para a construção de uma possível Política Nacional de Permanência Materna nas universidades brasileiras.

2. Bricolando maternidades e maternagens a partir dos Coletivos

A intenção de se trabalhar com relatos, neste capítulo, é para que possamos apresentar diversos tipos de olhares, sentimentos e procurar entender que as maternidades são plurais (Soares; Cidade; Cardoso, 2020), assim como a questão dos Coletivos Maternos. Pensamos em apresentar essas perspectivas de forma a mostrar a diversidade acadêmica de questões relacionadas à maternidade de diferentes mães em diferentes lugares do Brasil. Não poderíamos falar aqui de todas as populações maternas brasileiras, mas gostaríamos de, ao menos, mostrar a ponta do iceberg, a partir da relação entre maternidade e ciência.

Assim, os relatos a seguir formam um trabalho de bricolagens interseccionais, partindo de autoetnografias (ou experiências, *escrevivências*), uma vez que não conseguimos

desvincular nossas lutas dos Coletivos que participamos, construímos e estamos ajudando a construir – assim como não podemos simplesmente ignorar nossas maternidades enquanto universitárias, para um modo de pensar único. Nessa análise, surgem estilos de escrita distintos devido a múltiplas intersecções acadêmicas, como idade, renda, posição acadêmica, cursos, raça/etnia, regiões e número/idade das crianças, além de outras diferenças entre as autoras. Para falar um pouco de nós, apresentamos o quadro a seguir:

Tabela 1: Interseccionalidades acadêmicas

Posição Acadêmica	Cursos de estudo/trabalho	Raça (IBGE)	Idade	Regiões	Filhos e idade
(1) Docentes (1) pesquisadora/ docente voluntária	(2) Ciências Sociais Aplicadas	(3) Negras	(2) 25 - 35	(2) Sul	(2) Crianças entre 0 e 6 anos
(1) Graduanda	(2) Ciências Humanas	(2) Branca	(2) 36 - 45	(2) Centro-Oeste	(2) Adolescentes entre 13 e 18 anos
(1) Graduada	(1) Ciências da Saúde	-	(1) 46 - 55	(1) Nordeste	(1) Criança entre 7 a 11 anos
(1) Pós-graduanda	-	-	-	-	-

Fonte: Produzida pelas autoras

Os números entre parênteses se referem às participantes deste capítulo. Como podem observar, dentre as cinco mulheres-mães autoras, uma é docente universitária, uma é pesquisadora voluntária na universidade, uma graduanda, uma mestranda e uma graduada (sem vínculo acadêmico no presente momento). Do mesmo modo, três das escritoras se declaram negras e duas branca. Em relação à faixa etária, duas estão entre 25 e 35 anos, duas entre 36 e 45 anos e uma entre 46 e 55 anos, sendo duas delas mães de adolescentes nas idades entre 13 e 18 anos, enquanto as outras duas são mães de crianças pequenas, nas idades entre 0 a 6 anos de idade e uma é mãe de crianças entre 7 e 11 anos. Por região, duas compõem o Centro-Oeste (UFGD e UnB), duas, a região Sul (UFRGS e UFSC) e uma, o Nordeste (UFBA).

Procuramos dar visibilidade para as áreas de cursos de Formação Inicial e Permanente das integrantes, para que ela ajude a entender como as formas de escrita se encontram e se divergem em alguns aspectos, unindo-se fortemente em escrevivências (Evaristo, 2020). Além das autoras deste capítulo expressarem perspectivas no Coletivo, e considerando as cinco como mulheres, reconhecemos interseções entre os grupos de diferentes regiões e universidades. As narrativas neste capítulo, alternando entre primeira e terceira pessoa, transitam entre o “eu” e o “nós”, refletindo a composição individual e coletiva.

O primeiro relato é da Bahia. A autora destaca a dispersão das unidades da UFBA, a criação do Coletivo de Mães e como ele foi unindo as mães universitárias para

enfrentar desafios como a maternidade durante os estudos, apesar das dificuldades impostas. Isso ressalta a importância da união das mães em busca de mudanças.

Já o segundo relato se passa no Mato Grosso do Sul, descrevendo os desafios enfrentados por mães universitárias na UFGD devido à sua falta de estrutura para crianças, levando à formação do Coletivo Materno em 2023, com o objetivo de conscientizar sobre as necessidades das mães estudantes, ressaltando a luta pela visibilidade e representação.

O terceiro relato é de Brasília e narra a batalha dentro da UnB para equilibrar maternidade e carreira acadêmica, apontando para a inserção em grupos de mães pesquisadoras como atuação política importante não só para promover a visibilidade de mães acadêmicas e conquistar direitos maternos na Universidade, mas também unir pautas das mães acadêmicas com as das mães trabalhadoras.

No quarto relato, do Estado de Santa Catarina, o Coletivo MãEstudantes na UFSC emerge da necessidade de mães estudantes se organizarem politicamente para enfrentar desafios de acesso e de permanência dentro da universidade, resultando, assim, na formação da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (Ampet), que luta por políticas públicas para mães que estudam, pesquisam e trabalham no Brasil.

Por fim, temos o relato que pertence ao Rio Grande do Sul, do Coletivo Mães na UFGRS, criado em 2020 durante a pandemia, que desempenha um papel crucial ao destacar e enfrentar desafios enfrentados por mães estudantes atuando através de ações e parcerias, procurando tornar a maternidade compatível com os estudos e a vida acadêmica, contribuindo com um ambiente mais inclusivo e consciente das necessidades dessas mulheres, promovendo a equidade de gênero e o acesso igualitário à educação.

2.1 Coletivo de Mães da UFBA

Quem já esteve na UFBA pôde notar que não temos um campus que reúne as 31 unidades universitárias. Os campi são espalhados pelo centro da cidade de Salvador, alguns são distantes uns dos outros, fazendo com que, frequentemente, se ouçam comentários sobre estudantes que nunca tiveram contato, em anos de graduação, com outro campus que não seja o do seu curso. Essa divisão, incompreendida por muitos de nós que precisamos circular pela cidade para “pegar” aula em um lugar e “correr” para chegar a tempo em outro campus, agrega muitos e intensos relatos históricos sobre como foram difíceis as articulações do Movimento Estudantil universitário em épocas de ditadura militar no Brasil, momento em que os encontros presenciais eram extremamente importantes para o planejamento de ações contra o regime que vigorava no país. Assim, naquela época, bem como ainda hoje, não havia muitas chances de reunir estudantes de diversos cursos, exatamente pela distância entre um e outro campus universitário. Esse resgate serve como base para compreender como são as articulações dentro da nossa Universidade e como nasce, em 2020, o Coletivo Maternâncias Plurais da UFBA, em transição atual para o nome Coletivo de Mães da UFBA.

A partir disso, nossa estrutura universitária possui essa peculiaridade e, diante disso, temos um Movimento Estudantil dividido, com alguns Coletivos que não abrangem além de suas unidades ou campus. Dessa forma, quando chego à universidade, sendo mulher, preta, de baixa renda, migrante, de sexualidade dissidente e mãe solo, não restaram muitas oportunidades a não ser me orientar quanto às formas possíveis de organização política e coletiva. O desafio veio logo em seguida: os diversos movimentos estudantis, entre coletivos, forças, núcleos, dentre outros, não reuniam, em geral, as interseccionalidades que me atravessam, e, neste momento, foi necessário circular em movimentos que pautavam a luta de residentes das residências universitárias, movimento LGBT, núcleo de negras e negros, entre outros. Mas, ainda que dentre os movimentos de residentes a maternidade seja uma das pautas primordiais nas discussões (já que quando se engravida, estando em uma das residências da UFBA, não se pode permanecer por mais de um mês como residente), frequentemente se tornava um tema secundário, e, no caso de uma das autoras deste capítulo, o de maior impacto para permanência na Universidade. A partir da necessidade de articulação com outras mães, o contato com uma rede de apoio na Faculdade de Educação – o grupo "mães e pais FACED UFBA" – foi decisivo, uma vez que as discussões no grupo permeavam sobre saber como pensavam alguns docentes em relação a estarem com crianças em sala, divulgação de eventos que aceitassem crianças, dicas gerais para conseguir estar na universidade com as crianças ou adolescentes sem prejuízo, ou com menor prejuízo possível, para nossa saúde mental. Assim, a inspiração do Coletivo de Mães da UFBA parte desse grupo, e a ideia de expandi-lo surge quando observado que, em outros cursos, havia também redes de apoio para mães, mas que nenhum deles dialogava entre si, por conta da distância entre os campi.

A inquietação de algumas mães era notada em assembleias de movimentos estudantis, inquietações estas sobre a falta de empatia pela situação das mães, que, deixadas de lado, acabavam sendo excluídas da Universidade, e aquelas que permaneciam, precisavam de atenção, o que não tínhamos institucionalmente. A junção dessas narrativas e as dificuldades de encontro pela separação das unidades enfraqueceram o diálogo inicialmente. Considerando que estudantes já encontram essa dificuldade de articulação sem terem filhos(as), sendo mães, essa movimentação passou a ser quase impossível. Isso se agravava pela conciliação das nossas agendas e das crianças, pelas aulas em diversos lugares e toda sobrecarga de mulheres-mães-estudantes. Desse modo, não mantivemos mais contato, até que, em 2020, diante do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, começamos efetivamente a nos organizar.

O impacto da pandemia da Covid-19 para nós mães foi devastador. Um dos piores momentos para se pensar em qualquer retomada de atividades acadêmicas. Muitas de nós não conseguiram estudar durante o ensino remoto, e outras não retornaram para as universidades, tamanha exaustão, mesmo após a retomada presencial das aulas. No cenário de implementação do ensino remoto na UFBA, foi organizado por nós um formulário para que pudéssemos apresentar nossas demandas à UFBA no auge da pandemia. Após essa organização de demandas, em diálogos com o Diretório Central dos Estudantes, não tivemos posicionamento em relação ao que poderia ser feito em relação a nós. Em tentativas de diálogo com a

Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, não tivemos respostas, e no ápice de um governo antidemocrático diante de uma calamidade pública, mais uma vez deixamos de lado a luta organizada. Assim que, por meio da proposta de estruturação de Coletivos nas Universidades promovida pelo Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (Niem), iniciamos as atividades formais do Coletivo, até então, Maternâncias Plurais da UFBA, ainda de maneira virtual, e passamos a apresentar nossas pautas, demandas e dificuldades de estruturar um Coletivo. Realizamos estudos, participações e intervenções maternas em *lives*, a partir da parceria com o Niem e o Coletivo Nacional de Mães na Universidade.

Ainda que em atividades em nome do Coletivo, estávamos pouco articuladas entre nós dentro da universidade. Após o Congresso UFBA 2023, em um encaminhamento para a articulação do Coletivo Materno, resgatamos contatos via formulário realizado durante a pandemia e, assim, algumas parcerias foram constituídas desde então, a exemplo do Movimento de Mulheres Olga Benário e a Casa de Referência Preta Zeferina de Salvador, que têm nos apoiado para estarmos à frente de algumas lutas urgentes, como a luta pela Creche Universitária e a efetivação das vagas para mães-discentes, espaços familiares com fraldários e reformulação da Resolução do Regime Domiciliar, além das parcerias com os centros e diretórios acadêmicos de alguns cursos como os de pedagogia, geografia e biologia.

Essas parcerias têm nos fortalecido para estar à frente de algumas ações coletivas e encontros presenciais que só passaram a acontecer em abril de 2023. Isso vem demonstrando que a separação pode ser de fato somente dos campi e, parafraseando um ditado popular, tem coisas que "só mudam de endereço". Sigamos. Juntas.

2.2 Um Coletivo de Mães na universidade que está aprendendo a caminhar: o caso da UFGD

Qual foi a primeira vez que você percebeu uma grande linha invisível que separava o "ser mulher" do "ser mãe"? Uma de nós presenciou algo assim no banheiro da UFGD, em 2023. A cena foi a seguinte: Uma mãe entrou no banheiro cheia de bolsas (a dela e as de sua criança), e ali, tentava fazer um grande malabarismo de colocá-las na pia molhada ou deixá-las no chão sujo, a decisão era totalmente impassível. Então, a pia foi o mais rápido que pensou. Enquanto isso acontecia, segurava a criança de menos de 1 ano no colo. Do outro lado, no mesmo banheiro logo atrás dela, entrou um grupo de, pelo menos, sete mulheres, que apenas observavam a cena: uma mãe que tentava pegar uma troca de roupa para criança, enquanto o sentava na pia para banhá-lo, já que teria que deixá-lo, em alguns minutos, na creche da universidade. Nenhuma delas se dispôs a ajudar. Não havia um trocador com banheira ou um banheiro com chuveirinho quente para isso, nem mesmo um banheiro família para que talvez o pai pudesse ajudá-la ali também. Uma de nós que assistia a cena se moveu para fazer esse papel, até porque também era mãe. Mas essa linha queimou sob o olhar das outras mulheres a partir do momento que foi cruzada.

Naquele instante vivemos um *déjà-vu*, de quando estávamos grávidas na graduação, e, assim, passamos para a cena dois: lembramos de uma mãe andando pelos corredores da faculdade em 2019, no bloco que estudava, com um carrinho que trazia no ônibus. A mãe disse, na época, que sempre chegava atrasada, porque precisava trazer o carrinho e no horário de pico não era permitido. Naquela época, ela forrou a pia molhada com três panos para poder trocar seu filho de cinco meses… Naquela época, também não havia trocadores na universidade.

Quatro anos se passaram e ainda não há trocadores instituídos nessa universidade, ou seja, continua não sendo preparada para a permanência e progressão de mães acadêmicas. Desde sua criação em 2005 (a UFGD completa 18 anos em 2023), a universidade tem enfrentado lutas pela permanência de mães no ambiente acadêmico. Um marco importante foi a fundação do Centro de Educação Infantil (CEI) em 2012, batizado em homenagem a Maria Alice Silvestre (MAS) – filha de uma professora da instituição e aluna gestante que faleceu em um acidente. Maria Alice estava engajada na luta pela criação desse espaço, essencial para garantir que mães pudessem continuar seus estudos e existir plenamente na universidade.

Mesmo funcionando em período integral (sendo o único da cidade), e apesar dessa grande homenagem, as vagas do CEI-MAS são divididas em 50% para a UFGD, ou seja, para técnicas-administrativas, docentes, terceirizadas, acadêmicas de pós-graduação e acadêmicas de graduação; e os seus outros 50% pertencem a comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), também sendo distribuído para alunas, professoras, técnicas e terceirizadas e para bairros próximos da localidade.

Do mesmo modo, temos um auxílio à Educação Infantil, que é destinado apenas para mães consideradas perfil, ou seja, de baixa renda, no valor de R$ 400,00, que, no nosso município, não dá para arcar com uma Escola de Educação Infantil particular de meio período, e nem mesmo pagar uma babá para auxiliar nos cuidados infantis. Dentro da UFGD, também temos a Brinquedoteca, que funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), contudo, atende apenas crianças de 4 a 10 anos. Temos a licença-maternidade de três a quatro meses que está sendo estudada para ter seu período estendido.

Durante essas andanças, permanências e convivências pela universidade, notamos o significativo público de mães dentro dela que sofrem e sofreram durante suas gestações e maternidades, tanto pela falta de empatia de professoras e professores, quanto de alunos e alunas, e, ainda, da própria instituição. Assim, aos poucos, conversando, relatando, expondo, ouvindo, um grupo de mães começou a se formar para fundar um Coletivo Materno.

Em abril de 2023, cinco mães se reuniram em uma sala na Biblioteca da UFGD para discutirem um pouco sobre o que seria o Coletivo e quais seriam seus ideais. Sendo o quarto Coletivo Materno localizado no Centro-Oeste e fundado em 2023, começamos a discutir a maternidade dentro da universidade pela primeira vez no Mato Grosso do Sul, de acordo com nossos levantamentos de dados.

Procurando atender a comunidade de discentes da graduação e da pós-graduação, docentes, técnicas-administrativas e terceirizadas que são gestantes, mães (nascidas e/ou

adotadas) de crianças de 0 até os 12 anos e de adolescentes dos 13 aos 18 anos, propomos discussões entre as academias científicas UFGD e UEMS, assim como as demais universidades públicas em Dourados ou região, e pensamos em ir além, em uma perspectiva acadêmica de mães presentes dentro das unidades particulares de Ensino Superior.

Para começo de movimentação, estamos articulando com os núcleos já fundados e presentes nas instituições, assim como nas faculdades, para que entendam a necessidade das estudantes-mães. Recentemente tivemos uma *live* no evento intitulado "III Diálogos NEAB UFGD" com o tema: "Tu conta, eu conto, nós contamos: um enlace (auto)etnográfico das agendas maternas no Brasil". Nesse evento, foram discutidos assuntos como maternidade e feminismo dentro das universidades, e, a partir disso, o Coletivo está elaborando um livro de relatos entre as universidades, em uma tentativa de publicação pela Editora da UFGD.

Destacamos que, em poucos meses, mães estão se reunindo, o Coletivo está se expandindo, e que falar sobre e de maternidade é importante. Como exemplo, fizemos a doação de um trocador para o Centro de Convivência da Universidade – sendo o primeiro presente no espaço (e não somente o único, pois, logo em seguida, outro foi doado para a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE), por uma professora). Enquanto nós lutamos para termos, no mínimo, trocadores presentes, percebemos que a luta materna é constante, fundamental para que possamos ser visíveis aos olhos da instituição.

2.3 A visibilização do trabalho materno na academia através do engajamento no Coletivo de Mães da UnB

Uma de nós escreve aqui como docente não permanente da Universidade de Brasília, onde concluiu o mestrado e o doutorado em antropologia social, esse último, depois de muitos reveses para "ganhar" seis meses a mais no tempo total de conclusão do curso. Defendeu a tese com um bebê de 10 meses, tendo que cumprir as mesmas exigências de colegas homens e mulheres, sem filhos(as), sem o direito legal da licença maternidade.

Entretanto, escreve de um lugar social privilegiado como uma mulher cisgênero em um casamento monogâmico heterossexual e portadora de um título de doutorado. Apesar do seu grau de educação formal, é nascida na favela e também formada nas periferias do Rio de Janeiro, mas moradora há mais de uma década de uma das áreas nobres de Brasília, cidade com alto índice de desenvolvimento humano e de desigualdade social. Dante, seu filho, tem um pai presente e, a despeito das desigualdades que persistem nas relações de cuidado, ela não faz parte do grupo majoritário de mulheres-mães que agrega sozinha abandono, vulnerabilidade, invisibilidade e exclusão econômica, social, laboral, educacional e afetiva. Mas, assim como elas, não pode reclamar do cansaço de ser mãe.

Exausta e solitária diante de um trabalho que nunca termina e, ainda assim, invisível aos olhos sociais, as desigualdades de gênero entre mulheres acadêmicas se tornaram notáveis quando descobriu que estava grávida, já no último mês do doutorado, com 34 anos, sendo metade deles inserida no mundo acadêmico. Decidiu levar a gravidez adiante mesmo que

tendo profetizado: minha carreira acabou! Era o último mês de bolsa de doutorado, ficou o restante da gravidez em casa escrevendo, fez gente e tese, fez-se mãe.

De março de 2017 a agosto de 2019, não escreveu artigo, nem recebeu remuneração pelo árduo trabalho realizado para a sociedade sem qualquer rede de apoio em uma das capitais mais custosas e excludentes do país. Exerceu, assim, o trabalho reprodutivo do cuidado feminino não remunerado, tal como avós e mãe, como parte do ser mãe (doação, gratuidade e naturalidade), enquanto economizava as migalhas de uma pequena poupança.

O marido, profissionalmente, não foi impactado pela paternidade. Para ela, os primeiros anos de seu filho impactaram, sobremaneira, não apenas a produtividade acadêmica e o engajamento em redes profissionais, mas a isolaram do mundo – antes mesmo da pandemia – e levaram sua saúde mental, apesar de ter aberto seus olhos para a realidade materna na universidade e na academia. Suas referências eram mães? Onde estavam as mães em nossas graduações? Elas se fizeram referências acadêmicas mesmo sendo mães?

Trabalhou como professora substituta por 11 meses e, em agosto de 2020, em plena pandemia, ficou novamente desempregada. Foi o estopim! Passou a buscar, motivada pelo horror da pandemia, grupos de mães pesquisadoras. O que encontrou, além de uma rede de apoio, foi uma regra acadêmica: mulheres doutoras e mães excluídas de espaços de trabalho decente. Assim, se engajou em ações coletivas em prol dos direitos de mulheres-mães nesse espaço, e a sua história particular passou a estar vinculada com as histórias de outras mães da universidade. Apesar de todas as mazelas vividas na pandemia, ela encontrou, naquele momento, não apenas na UnB, mas em outros locais, diversos grupos de mães pesquisadoras agrupadas para discutir como continuar sendo pesquisadora e mãe no isolamento social.

Assim, foram realizadas importantes ações social e virtualmente públicas, para não apenas reafirmar que nossas maternidades deveriam estar no "Lattes", mas também nos congressos, nas progressões de carreira, nos editais do concurso, nas políticas de permanência (que políticas?), além de em *lives*, artigos e livros publicados. Discutimos sobre a articulação política dos coletivos localmente e refletimos sobre a política materna a ser construída nas universidades e a demanda enquanto movimento social ao governo recém eleito. Essas ações, realizadas entre nós e por nós — ainda que a maioria de nós nunca tenha se encontrado ou se abraçado presencialmente — articulam-se tanto com as iniciativas desenvolvidas por cada mãe em seus respectivos Coletivos universitários quanto com o legado das que vieram antes de nós e, com coragem, fundaram os Coletivos aos quais hoje damos continuidade.

Especialmente no Caso do Coletivo de Mães da UnB, apesar de ser maioria de estudantes de graduação e de pós-graduação, também agrega professoras e técnicas administrativas da Universidade. Mas a iniciativa da formação do Coletivo foi de um grupo de mães graduandas cansadas de não poderem reclamar da falta de rede de apoio e de políticas públicas. Como fruto da inconformação dessas "reclamonas", diversas ações foram realizadas, mas, sobretudo, tem sido construída uma articulação com a gestão superior para que

nossas demandas sejam, ao menos, ouvidas. Fraldários foram instalados nos campi da UnB e um GT sobre Política Materna foi instaurado. São passos da nossa caminhada, mas…

Se, para mulheres que têm privilégios de escolaridade ou de classe, a maternidade tem impacto em suas formações educacionais e carreiras e, por vezes, se torna aspecto de adoecimento mental e sobrecarga emocional, quais seriam os impactos para aquelas mais jovens, menos escolarizadas e mais vulneráveis econômica e socialmente? vvDessa forma, urge agregarmos nossas pautas a de outras mulheres-mães também trabalhadoras e excluídas das universidades, mas cujas vivências no mundo do trabalho privado são também marcadas por desigualdades e exclusão.

Talvez seja importante considerarmos nossos Coletivos como um movimento político de mulheres e componente da classe trabalhadora feminina que "não tem respiro" e remuneração digna, e cujos direitos continuam sendo negados, porque nosso trabalho, para a sociedade, é nomeado "amor materno" e parte de nossos ofícios "naturais", logo, deve ser gratuito. Dessa forma, precisamos tratar a maternidade como marcador social da diferença estruturada por demais interseccionalidades que excluem mulheres do acesso à educação, ao trabalho decente, à renda digna e à possibilidade de construção de projetos de vida mais igualitários e menos excludentes.

2.4 Coletivo MãEstudantes/UFSC e a Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes Trabalhadoras (Ampet)

O Coletivo MãEstudantes, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se constituiu em maio de 2017. Mas, antes de descrevermos sobre sua constituição, precisamos falar um pouco sobre o Movimento de Mães e Pais da UFSC. Esse movimento que antecedeu o Coletivo MãEstudantes/UFSC foi fundamental para que percebêssemos o quanto precisávamos de algo com maior organização política. O Movimento de Mães e Pais reunia-se esporadicamente quando havia alguma situação envolvendo mães estudantes do campus da UFSC em Florianópolis, por exemplo, quando acontecia alguma violência envolvendo mães estudantes e suas crianças, entre tantos outros constrangimentos que sofriam em decorrência de suas maternidades.

Muitos espaços estudantis, que debatiam a permanência estudantil na UFSC, insistiam em nos dizer que nossas demandas eram muito específicas. Falavam que deveríamos nos organizar politicamente, pois a pauta estudantil – segundo os representantes estudantis da época – tinha prioridades que não passavam por nossas demandas de estudantes mães. Entretanto, a gota d'água que transbordou o copo das mães estudantes, foi o dia em que fomos boicotadas pela própria instituição quando determinou o desligamento de todos os disjuntores no piso térreo do prédio da Reitoria, inviabilizando, assim, o ato que havíamos planejado para o dia.

No dia seguinte ao (quase) fracassado ato, entendemos que somente nos organizando politicamente é que conseguiríamos demandar, alcançar e garantir nossos direitos. Assim, no dia 13 de maio de 2017, em um sábado à tarde, aquele pequeno grupo de cinco

mães estudantes deu início ao Coletivo MãEstudantes/UFSC. A partir daí, iniciamos o trabalho de articulação e mobilização dentro da instituição. Começamos criando uma página no *facebook*, para servir como um canal de comunicação direta com as mães da UFSC. Ao mesmo tempo em que engajamos estudantes mães pelo *facebook*, encontramos também apoio junto aos Centros de Ensino e Departamentos dos Cursos. Paralelamente a isso, articulamos um grupo composto por estudantes, docentes e técnicos(as) para iniciar a escrita de um grande projeto guarda-chuva, que, inicialmente, pensávamos apenas como um projeto de extensão a ser apresentado para a Reitoria, a fim de minimizar os desafios que envolvem ser mãe e acadêmica. Mal sabíamos que nosso (despretensioso) projeto daria início às discussões que levaram à nomeação, em maio de 2018, da primeira comissão responsável por elaborar uma proposta de minuta para criação da Política para Permanência Materna na instituição. Mas, como nem tudo são flores, e a vida das mães estudantes não é fácil, o Coletivo MãEstudantes ainda está no processo de construção da minuta, a qual se arrasta desde 2018 até hoje.

Atualmente, estamos na segunda gestão da Reitoria a ter contato com a minuta, bem como em uma segunda comissão nomeada para elaborar a (lendária) minuta da Política para Permanência Materna na UFSC. Todavia, é importante mencionar as conquistas que o Coletivo MãEstudantes/UFSC teve, dentre elas, encontramos: instalação de fraldários em todos os centros de ensino; acesso gratuito da(s) criança(s) com até 12 anos ao RU, quando em companhia das mães com cadastro ativo na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE); sala de apoio ao aleitamento materno; auxílio-creche; espaço família na principal sala de computadores da instituição; e, por fim, as discussões que se seguem ao longo de cinco anos acerca da Política para Permanência Materna.

Como as coisas não surgem do nada e a ideia do criacionismo só funciona quando não sabemos explicar de onde as coisas surgem, faremos mais uma contextualização. Dessa vez, em relação à constituição da primeira Associação Brasileira atenta às demandas que surgem das mães pesquisadoras, estudantes e trabalhadoras.

A Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (Ampet) surge da inquietação de mães dissidentes do Coletivo MãEstudantes, e conta com a participação de mães discentes, docentes, pesquisadoras e trabalhadoras. A principal inquietação que levou à constituição da Ampet se relaciona com a falta de políticas públicas voltadas às mulheres-mães que pesquisam, trabalham ou estudam no Brasil. Além das questões estruturais que levaram as mães a se associarem, existem questões materiais relacionadas à maternidade que não podem ser ignoradas, como, por exemplo, o fato de que a maior parcela da população mundial empobrecida são mulheres e crianças.

Ante todo o descaso social em relação às mães, as quais representam o alicerce para qualquer que seja a sociedade – no sentido de que todo ser humano precisa de um útero para ser gerado, se desenvolver e posteriormente chegar ao mundo –, foi que em julho de 2023 constituiu-se oficialmente a Ampet. Mesmo se tratando de uma organização jovem, a associação tem se movimentado no sentido de garantir direitos para mães que estudam no município de Florianópolis/SC. Onde, em julho de 2023, foi apresentado um Projeto

de Lei (PL) para a Câmara Municipal de Vereadores em Florianópolis. O PL foi construído pela Ampet, pelo Coletivo MãEstudantes e pelo gabinete da vereadora que abraçou nossas demandas. A ideia é tornar lei a política municipal para permanência estudantil de mães da rede pública de ensino municipal da cidade.

Por fim, terminamos esse relato ressaltando a potência que existe quando mães se unem a fim de lutar por seus direitos, dentro e fora das Universidades. Se nossos úteros têm a capacidade de gestar, nutrir e fazer desenvolver outro(s) ser(es) humano(s), por qual motivo não conseguiremos construir uma sociedade mais justa para nós, nossas crias e para todas aquelas que virão?

2.5 O Coletivo Mães na UFRGS

O Coletivo Mães na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se constituiu no ano de 2020, frente aos desafios vividos a partir da implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), durante a pandemia de Covid-19. Foi uma iniciativa de um grupo de estudantes mães do Curso de Biologia da UFRGS, que já tinha se articulado para debater o tema da maternidade na Semana Acadêmica da Biologia no ano de 2019.

Ainda em 2020, o Coletivo teve início com um grupo de *whatsapp*, que, atualmente, conta com aproximadamente 155 participantes. Naquela ocasião, o objetivo do Coletivo era ser uma rede de apoio e possibilitar troca de experiências entre mães estudantes dos Cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS, bem como acolher servidoras técnico-administrativas e docentes de diversos cursos da universidade. Do mesmo modo, naquele ano, o Coletivo produziu uma Carta ao Conselho Universitário (Consun) da UFRGS elencando as principais dificuldades enfrentadas pelas mães da universidade para darem conta do ERE, a saber: a falta de estrutura e condições mínimas para a inclusão justa das mães no ambiente científico e acadêmico; a burocracia universitária que, muitas vezes, gera entrave para permanência das discentes; a inexistência de garantias formais frente às necessidades específicas das mães estudantes; a falta de flexibilização de prazos para entrega de trabalhos; a exigência inflexível de frequência nas aulas, dentre outras.

De 2020 em diante, o Coletivo tem procurado visibilizar as diversas realidades vividas por mães na universidade, levantando as demandas e as dificuldades enfrentadas por elas e construindo ações para mudanças necessárias, para que permaneçam e concluam seus Cursos na UFRGS. Além disso, o Coletivo visa sensibilizar a comunidade e os órgãos competentes da UFRGS sobre a importância de ações concretas que possibilitem a inclusão e a permanência das mães estudantes, bem como o ingresso e a progressão de servidoras na instituição, reconhecendo suas especificidades e demandas, para, a partir disso, contribuir para construção de uma Universidade mais inclusiva.

Assim, o Coletivo está se constituindo um espaço de luta que procura debater políticas de permanência de mães, pais e cuidadoras(es) de crianças na universidade, pautando as maternidades nesse contexto, a partir de experiências cotidianas, e objetivando ser um espaço de acolhimento para mães estudantes da UFRGS. Além disso,

o Coletivo procura compartilhar informações e direitos existentes de mães e gestantes na universidade, visibilizar e conscientizar as pessoas sobre a temática e a experiência das múltiplas maternidades de estudantes, organizar suas necessidades e demandas e levantar informações que são negligenciadas na UFRGS.

Com o retorno à presencialidade das atividades acadêmicas, o Coletivo tem se articulado e, desde 2023, vem produzindo materiais diversos para que a comunidade acadêmica saiba que "TEM MÃES NA UFRGS, SIM!", através da confecção de faixas e de cartazes para divulgação de suas ações. Com início nesse ano, o Coletivo tem se reunindo presencialmente e mensalmente na Casa Acolhe na ESEFID/UFRGS, e destacamos quatro ações significativas a partir disso:

a. Projeto de Extensão Coletivo Mães na UFRGS: a Pró-reitoria de Extensão da UFRGS aprovou em 2023 o referido Projeto, coordenado pela docente Fernanda Stanisçuaski, que objetiva contribuir para a construção de uma universidade mais inclusiva e que valorize a diversidade, a existência e as experiências das mães, por meio de atividades que fomentem a criação de políticas de apoio e suporte para as mães;
b. Criação autônoma de um GT Maternidades a partir do Coletivo Mães na UFRGS: nas reuniões do Coletivo, foi identificada a necessidade de uma organização de modo mais pontual, para realização de algumas demandas e início de diálogos com as instâncias da UFRGS sobre as mães estudantes. O GT conta com 15 integrantes (estudantes de graduação, pós-graduação, servidoras docentes e servidoras técnicas);
c. Parceria com a Casa Acolhe da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) da UFRGS: a Casa Acolhe trata de um espaço coletivo que está sendo transformada em uma Ludoteca e que objetiva acolher mães e pais estudantes de graduação e pós-graduação e suas crianças;
d. Reuniões com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE): uma das ações imediatas do Coletivo foi entrar em contato com a PRAE para diálogo e apresentação de uma lista de demandas e necessidades das mães estudantes, como necessidade de campanhas informativas sobre os direitos das mães estudantes e sobre possibilidades de ações que contribuam com a permanência delas na universidade.

Para finalizar esta narrativa, destacamos que as principais pautas atuais das ações do Coletivo têm sido a ampliação da idade de crianças dependentes de estudantes no Restaurante Universitário da UFRGS, que hoje permite somente crianças até 5 anos e 11 meses; a adequação dos espaços universitários para receber crianças e mães, como instalação de fraldários nas diversas unidades da UFRGS; a ampliação e aumento do auxílio-creche e a garantia dos direitos acadêmicos das mães estudantes.

Como um resultado de todo esse movimento na UFRGS, ressaltamos que, em julho de 2023, a Faculdade de Educação (Faced) instituiu, pelo Conselho da Unidade, a criação do GT Maternidades, que objetiva dar visibilidade e acolhimento às mães que frequentam a Faced, para que possam compartilhar experiências e promover o apoio mútuo e a reivindicação de mais equidade na Universidade. O Ensino Superior é um direito constitucional,

e as mães estudantes não podem ser excluídas desse processo. É sabido que os primeiros anos da maternidade são significativamente desafiadores e que geram mudanças e impactos na vida da mulher que se torna mãe. Nesse sentido, o acolhimento nas universidades é o primeiro passo para que essa experiência não seja excludente para as mães estudantes.

3. Os principais desafios identificados nos Coletivos de Mães

Com a criação de políticas para a democratização do ensino superior, em conjunto com o avanço das Ações Afirmativas nas políticas educacionais nas últimas décadas, vimos o aumento no ingresso de grupos sociais historicamente excluídos em diversos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Esse fato nos faz compreender como ações efetivas, por parte do poder público, influenciam positivamente o acesso ao ensino superior de grupos minoritários no país. Porém, ainda que hoje seja mais diversificado o perfil de ingressantes nas IES, ainda se observa que os maiores desafios, até a finalização do curso, são enfrentados por quem se beneficia das políticas referenciadas. Igualmente, mesmo sendo as mulheres as ocupantes da maior parte das vagas universitárias, são as que mais enfrentam dificuldades de permanência e conclusão dos cursos (Guedes, 2008; Martins; Barroso; Lima; Rodrigues, 2022).

Todas as violências de gêneros (De Almeida; Zanello, 2022) a que nós mulheres estamos suscetíveis na academia se intensificam quando somos mulheres-mães e, portanto, nos coloca em desigualdade na construção epistemológica nas universidades. Logo, entendemos que nossos Coletivos Maternos contribuem para o questionamento da estrutura universitária que limita e exclui mulheres com filhos(as) desse espaço.

Nós, mulheres, estamos submetidas a triplas ou quádruplas jornadas de trabalho, à sobrecarga dos cuidados da casa, da família e de filhos(as), assim como à educação destes, em detrimento da nossa própria formação. Assim, quando procuramos meios de superar os obstáculos que limitam nosso acesso ao ensino superior, à universidade, nos deparamos com mais entraves para permanecer nela. Por sermos, em grande parte, as maiores ou as únicas responsáveis pelos cuidados dos(as) filhos(as), estamos, em vias de regra, adotando estratégias para conseguir nos "encaixar" nas IES (literalmente, por exemplo, entre as cadeiras da sala de aula quando não se tem fraldário nas unidades), as quais, pela naturalização da estrutura universitária por meio de discursos conservadores, normalizam a limitação e a exclusão materna na academia, mantendo e aumentando as barreiras explícitas ou veladas que enfrentamos.

Temos que considerar como barreiras todas aquelas oriundas de fatores subjetivos, econômicos, psicológicos, pedagógicos, estruturais, sociais e culturais, apontados por Gimenez e Maciel (2016) como aspectos que dificultam a permanência, que estão ligados a possível evasão ou que neguem o acesso à formação igualitária. Portanto, somente acessar a universidade, ou até mesmo acompanhar as aulas nos cursos, não garante a vivência universitária, se comparada às oportunidades que são dadas a estudantes sem filhos(as).

As narrativas que, em geral, integram nossas ações nos e dos Coletivos Maternos que formam o Coletivo Nacional de Mães na Universidade apontam para a urgência

de desnaturalizar uma espécie de consenso social sobre a maternidade como dever da mulher, ou ainda, sobre a maternidade entendida pelo qualificativo da sobrecarga como parte do ofício. A partir disso, nos organizamos para que as pautas maternas sejam pautas coletivas e fundamentais para que, de fato, haja o rompimento estrutural necessário para democratizar o Ensino Superior, papel que as políticas reparatórias visam ratificar, mas que até hoje não observaram as especificidades das mães estudantes.

As ações discriminatórias que sofremos no ambiente acadêmico são ora imperceptíveis a quem não tem a maternidade como atravessamento, além de, muitas vezes, invisibilizadas pela comunidade universitária. Ao estar em um Coletivo Materno, percebemos ou potencializamos nossos corpos como políticos, fazemos com que sejam percebidas todas as ações que nos afetam negativamente nos espaços universitários, passamos a nos sentir mais seguras em reivindicar nossos direitos e em reivindicar, ainda, que nossas estratégias de permanência sejam de responsabilidade institucional, e que se reconheça a luta materna como uma causa necessária para toda a sociedade. Isso porque, quando se garante a permanência materna, viabiliza-se que outras mães possam sonhar com a possibilidade real de ingresso e conclusão em cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando um lugar de pertencimento a todas nós.

A compreensão e a exposição das nossas vivências universitárias por si "só" não implicam em mudanças nos nossos percursos. A partir disso, ainda que adotando o compromisso de tornar explícitos nossos obstáculos, passamos a discutir a ampliação de políticas educacionais específicas para estudantes mães em todas as instituições como forma de garantir efetividade na permanência e formação de qualidade para mães estudantes, compreendendo ser esse o compromisso da universidade com sua comunidade. Nesse sentido, não cabe a nós somente a criação de estratégias para o cumprimento deste objetivo, cabe à universidade garantir as condições concretas de oportunidades para todos e todas, não desassociando as mães discentes desse compromisso social.

Aprendemos que, em Coletivo, identificamos, categorizamos, expomos e lutamos para o reconhecimento das nossas especificidades maternas, e um dos nossos desafios é não ter dados oficiais sobre o percentual de mulheres que são mães nas IES, suas formas de ingresso, seus cursos e suas possíveis evasões, o que dificulta a incorporação institucional das nossas pautas. Longe de ser este o único desafio, temos associado ao fato de, muitas vezes, sermos as únicas a pautarem sobre a permanência de mães nos cursos de graduação e na pós-graduação nas instituições.

O Movimento Estudantil, ainda que ocupe sua agenda com a frequente pauta em prol da ampliação de assistência estudantil e ações efetivas de permanência estudantil, deixa às margens as discussões que permeiam as demandas atinentes às mães acadêmicas, cabendo unicamente aos nossos próprios Coletivos buscarem internamente, junto às IES, formas de representações maternas em seus órgãos deliberativos.

Se nossa agenda adentra o debate político nos movimentos estudantis e instâncias permanentes de deliberações, não incluindo muitas de nós interessadas na adoção de políticas de permanência, comumente temos as pautas maternas reduzidas ao acesso às creches, o

que não a exclui de ser uma pauta extremamente importante, mas que não deve se resumir a ela, quando temos diversos fatores que permanecem intactos na estrutura universitária que anda na contramão da inclusão de mães, inclusive quando se tem acesso garantido à creche.

Não se analisa, por exemplo, os motivos das mães não estarem nesses espaços e eventos políticos na academia, sendo a falta de estrutura para acolher crianças um fator que reduz a participação materna dessas articulações. Por fim, destacamos que há avanços nesse sentido, pois em alguns lugares começa-se a garantir estrutura para atender as necessidades materno-infantis, mas que, concordando com Silva (2023a), ainda não garantem nossa permanência, por se tratar de avanços tímidos de reconhecimento das nossas especificidades.

4. Considerações transitórias

Considerando que as mães estudantes vêm (aos poucos) sendo reconhecidas enquanto uma categoria estudantil, destacamos que toda articulação realizada desde 2018 até hoje resulta na constituição dos mais de 25 Coletivos de Mães que discutem e lutam por políticas e ações voltadas à permanência de mães estudantes dentro das universidades brasileiras.

As articulações entre os Coletivos começaram a se intensificar a partir de março de 2019, com a criação do Coletivo Nacional das Mães na Universidade, em um grupo no aplicativo Whatsapp. Partindo desse grupo, significativas parcerias para publicações se formaram: mulheres se uniram para a construção de outros Coletivos em suas instituições (Silva, 2023b) e para a realização de eventos e de propostas de formação de Grupos de Trabalho. Nesse sentido, no final de 2022, emerge do Coletivo Nacional o GT Permanência, sendo composto por nove mulheres de diferentes regiões do país para pensar uma Política Nacional para Permanência Materna no Ensino Superior brasileiro.

Inicialmente, o GT usou como base a minuta elaborada na UFSC. Posteriormente, e, sobretudo, a partir das conversas realizadas semanalmente entre as participantes via Google Meet, ficou explícita a assimetria que existe entre as universidades quando se trata das ações para garantia da permanência das mães estudantes. Desse ponto em diante, e após diversos encontros online, surge a oportunidade de uma reunião com o Ministério da Educação (MEC).

O encontro com o MEC partiu de um movimento isolado, quando uma das participantes de um dos Coletivos, e autora deste capítulo, encaminhou um ofício para o MEC solicitando uma reunião para tratar de assuntos relacionados à permanência e progressão das mães estudantes no ensino superior. Na primeira reunião, que aconteceu no dia 4 de maio de 2022, o GT Permanência se encontrou virtualmente com representantes do MEC, a fim de demandar ao Estado a criação de uma Política Nacional para Permanência Materna no ensino superior brasileiro.

Naquele momento, a ideia do GT não era apenas demandar ao MEC a resolução do problema da permanência materna no ensino superior, mas, sobretudo, ser parte da solução. Por entender que uma política pública só é efetiva quando as demandas do grupo prioritário desta política são atendidas segundo suas especificidades, se faz necessário, primeiro,

ouvir a população envolvida. Por isso, o GT propôs paridade na composição dos encontros posteriores. Além da paridade entre Estado e população atendida, o GT indicou a necessidade de um esforço interministerial e intersetorial, para que se desse início às discussões acerca da elaboração da Política Nacional para Permanência Materna no Ensino Superior.

Como nos encontramos, neste momento, ainda no início desse diálogo com o Estado, assumimos que tais considerações desse capítulo são transitórias, por entendermos que muito ainda há a ser feito e construído em relação às políticas de permanência para mães nas universidades. Do mesmo modo, na maioria das universidades, mesmo com a ferrenha atuação dos Coletivos Maternos, a discussão e visibilização da nossa agenda política ainda está em sua primeira infância, embora já esteja transformando os olhares sobre maternidade, ciência e universidade.

Por isso, reconhecemos nossos passos dados ao longo dos últimos anos quando nos organizamos dentro das universidades, onde atuamos e extrapolamos os muros dessas instituições, utilizando ferramentas disponíveis, como, por exemplo, as plataformas virtuais, para nos reunir e compartilhar vivências, experiências e potencialidades. Esses encontros nos permitiram/permitem traçar um panorama acerca da permanência de mães estudantes, além de nos indicarem os caminhos já percorridos e o longo trajeto que ainda precisamos percorrer.

5. Referências

ANDIFES. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de *Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Brasília, 2018. Disponível em: *https://www.andifes.org.br/?p=79639*. Acesso em: 02 ago. 2023.

DE ALMEIDA, Tânia Mara Campos; ZANELLO, Valeska. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas* (Orgs.). Brasília: OAB Editora, 2022.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: Duarte, Constância Lima; Nunes, Isabella Rosaldo (Org.). *Escrevivência*: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GIMENEZ, Felipe Vieira; MACIEL, Carina Elisabeth. A categoria permanência na educação superior: o que revelam as pesquisas? In: Seminário Nacional da Rede Universitas, 24, 2016, Maringá. *Anais*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15 (suplemento), Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, Ana Cláudia Lopes; BARROSO, Milena Fernandes; LIMA, Raíssa Ribeiro; RODRIGUES, Tayla Cavalcante. O (não) lugar das mulheres na universidade. *Serviço Social em Revista*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 340–360, 2022.

MENDONÇA, Maria Collier de. *A maternidade na publicidade*: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4644. Acesso em: 9 ago. 2023.

SILVA, Juliana Marcia Souza; SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história de exclusão feminina nas universidades. In: Anpuh-Brasil, Simpósio Nacional de História, 31, 2021, Rio de Janeiro. *Anais*. 2021, 15p. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/162.817.6107_ARQUIVO_6c5ff0b 3c39fb6a13b440aa157afdc9d.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

SILVA, Vanessa Suany da. *Coletivo MãEstudantes/UFSC:* articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas. 2023a. Trabalho de Conclusão de Curso (Antropologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, Vanessa Suany da. Coletivo Estudantes: construções, caminhos e conquistas. In:

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; SILVA, Juliana Marcia Santos; SANTOS, Luana de Paula; CORRÊA, Mithaly Salgado (Orgs.). *Por onde andamos?* experiências e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. das Autoras, 2023b. Disponível em: https://be29a629-da72-48e8-b92cc7b57ea9e7ec.filesusr.com/ugd/e7c51b_8c22869ff58c4765a2f018718ae93aa5.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. *Maternidades plurais:* os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020.

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

O livro “Maternidade, Parentalidade, Família e Temas Transversais”, organizado por Hayeska Costa Barroso, Tatiane dos Santos Duarte, Jaqueline Barbosa Pinto Silva e Diana Loureiro Valls, vem a público num contexto em que a maternidade e a parentalidade estão numa ascendente como pauta política e acadêmica no âmbito do ensino superior no Brasil.

Não que se trate de um assunto recente, mas é inegável como o cenário pandêmico jogou luz na direção de uma realidade antes francamente negligenciada ou relegada para segundo plano em se tratando do campo científico no país. São inúmeros os coletivos, grupos e núcleos maternos e parentais auto-organizados por estudantes, docentes e servidoras técnico-administrativas espalhados nas mais diversas universidades, reivindicando o que nunca deveria ter sido negado: lugar de mãe é na universidade! Estão reunidos nessa coletânea textos com reflexões teórico-críticas, relatos de experiência e resultados de estudos enovelados por um elemento em comum: todos possuem em sua autoria as marcas da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, reafirmando, assim, a sua importância e relevância como campo fértil da/na produção de um conhecimento social e politicamente referenciado na cena contemporânea.

EDITORA UnB

EXTENSÃO INSURGENTE